

ATA Nº 14/2026

SESSÃO ORDINÁRIA

DATA: 09/06/2026

Às 14 h do dia 09/06/2026, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos na presença da Gestora de Recursos, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

Item 01 – Avaliação do Relatório Semanal “Focus” do Banco Central do dia 05/06/2026;

Item 02 – Avaliação da atual carteira de investimentos do Fundo de Previdência;

Item 03 – Definição do índice a ser utilizado para aplicação dos recursos a receber até o dia 10/06/2026.

Item 04 – Acompanhamento do desenquadramento passivo do Fundo Itaú Institucional RF Referenciado DI.

Resoluções:

Item 01 – O Comitê se reuniu para avaliar as projeções em relação a economia brasileira, considerando informações contidas no Boletim Focus do Banco Central. As expectativas de mercado apresentaram:

MEDIANA – AGREGADO**Para o ano de 2026:**

IPCA – Aumento
PIB (% de crescimento) – Aumento
Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Diminuição
Taxa Selic (Final do período) – Aumento
IGP-M – Aumento
IPCA Administrados (%) – Estabilidade
Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Estabilidade

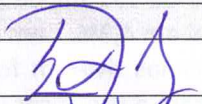
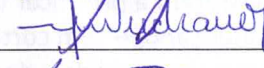
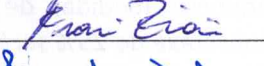
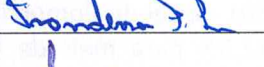
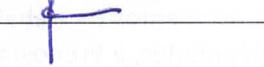
Para o ano de 2027:

IPCA – Aumento
PIB (% de crescimento) – Estabilidade
Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Diminuição
Taxa Selic (Final do período) – Aumento
IGP-M – Estabilidade
IPCA Administrados (%) – Aumento
Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Aumento

De acordo com o Boletim Focus, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026 foi ampliada para 5,11%, ante 5,09% na semana anterior. A estimativa para o IPCA de 2027 aumentou de 4,02% para 4,03% de uma semana para outra. A perspectiva para o crescimento do PIB em 2026 subiu para 1,91%, ante 1,90% na semana passada. Para 2027, a expectativa de aumento do PIB foi mantida em 1,70%. A estimativa de fechamento do câmbio da relação R\$/US\$ para 2026 diminuiu de R\$ 5,16 para R\$ 5,15. Para 2027, o câmbio passou a ser precificado em R\$ 5,20, ante R\$ 5,25 na semana anterior. A projeção para a taxa Selic ao final de 2026 foi elevada para 13,50% a.a., ante 13,25% a.a. na semana anterior. Para 2027, também houve aumento da expectativa de fechamento da Selic, de 11,25% para 11,50% a.a. A perspectiva para a variação do IGP-M de 2026 aumentou de 6% para 6,10%; enquanto o IGP-M para 2027 vem tendo sua projeção mantida em 4% há 16 semanas. A estimativa para o IPCA administrados em 2026 se manteve em 4,98%. A expectativa de aumento dos preços administrados em 2027 se ampliou de 3,81% para 3,84%. A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em 2026 continuou sendo projetada em 69,80% do PIB. Já para 2027, houve aumento da expectativa de DLSP para 73,50%, ante 73,48% do PIB na semana anterior.

Item 02 – A carteira de investimentos do Fundo de Previdência apresenta a seguinte composição: **CDI – 54,68%; IPCA+Juros – 19,96%; IMA-B – 7,95%; IRF-M – 12,98% e IRF-M1 – 4,43%**. A curva de juros futuros sofreu forte elevação na semana passada. E essa semana já começa com escalada da guerra no Oriente Médio. Rompendo com o cessar-fogo firmado em abril, o Irã – devido ao bombardeio israelense ao Líbano – atacou Israel, que revidou a ofensiva, apesar dos pedidos de Donald Trump. Nos Estados Unidos, o setor privado abriu 122 mil vagas de trabalho em maio, segundo o relatório da *Automatic Data Processing* (ADP), acima da estimativa média de 110 mil. O *Nonfarm Payroll* (folha de pagamento não-agrícola) mostrou a criação de 172 mil empregos em maio, bem acima dos 80 mil postos esperados. A taxa de desemprego ficou estável em 4,3%. Com esses dados, contrassenso ao que seria indicativo de crescimento econômico, as bolsas americanas tiveram forte queda e os rendimentos dos títulos do Tesouro dispararam devido aos agentes passarem a precificar uma política monetária ainda mais restritiva pelo *Federal Reserve* (Fed, o banco central americano) – sem corte da taxa de juros e, até mesmo, com possível elevação. Além disso, os EUA voltaram a anunciar medidas de tarifaço sobre diversos países. Sobre produtos brasileiros, especificamente, uma sobretaxa de 25% será aplicada a partir de 15 de julho, com base em investigações fundamentadas na Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA. Aliada a isto, no dia seguinte, houve divulgação da imposição de tarifas de 12,5% para mais de 60 países, incluindo o Brasil, devido a indícios de comercialização de mercadorias provenientes de trabalho forçado. O Brasil tentará negociar. Internamente, após aprovação pela Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para o fim da escala de trabalho 6x1 passa a tramitar no Senado. Especialistas divergem sobre os possíveis efeitos macroeconômicos: impacto negativo sobre o PIB, devido a baixa produtividade histórica do trabalhador, que cresceu apenas 0,2% a.a. entre 1981 e 2024 –

embora uma possível melhora na saúde do trabalhador possa causar efeitos positivos na produtividade –; elevação do custo de mão de obra, que poderia subir até 15% na construção civil, por exemplo; pressão sobre os salários e emprego formal e, conseqüentemente, sobre a inflação. Enquanto isso, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), houve criação de 85 mil vagas de trabalho em abril, menos que o esperado e saldo mais fraco do ano, demonstrando uma desaceleração gradual da economia e do emprego formal. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, no entanto, apresentou uma taxa de desemprego de 5,8% para o trimestre móvel até abril, o menor da série histórica para o período – significando um mercado de trabalho ainda aquecido, ou seja, com risco de repercussão sobre a inflação. Em relação ao resultado fiscal, com a arrecadação recorde de abril – puxada pelo aumento de 264% na arrecadação advinda da exploração de petróleo e gás natural –, o Governo Central obteve superávit primário de R\$ 25,2 bilhões, acima dos R\$ 17,8 bilhões esperados; no ano, o resultado é positivo em R\$ 8,7 bilhões – a meta para 2026 é de superávit de 0,25% do PIB, cerca de R\$ 34,9 bilhões. Em se tratando da política monetária, devido ao cenário externo e interno traçado, houve reprecificação no ciclo de queda da taxa Selic, não havendo na estrutura a termo da curva de juros previsão de novos cortes até o fim do ano. Algumas instituições financeiras ainda preveem alguma queda, mas já revisaram suas estimativas para menos cortes que anteriormente. Na renda variável, o IBOV já cai 2,05% em junho, até o dia 08/06/2026, quando fechou em 168.669 pontos. No ano, o índice ainda apresenta retorno positivo de 5,06% – mas bem menor que o visto até meados de abril, quando quase alcançou os 200 mil pontos. Quanto à avaliação da carteira de investimentos, esta está sendo analisada ante os recentes acontecimentos que impactaram significativamente os índices menos conservadores da carteira – IRF-M e IMA-B. Os índices mais voláteis têm performado negativamente nesse início de mês devido ao cenário já descrito. Essa oscilação ocorreu de forma abrupta e pode não corresponder às perspectivas de médio e longo prazo para os investimentos e para a economia como um todo. Por isso, o Comitê de Investimentos já solicitou estudo mais aprofundado de sua consultoria acerca da manutenção ou não das posições do portfólio e segue monitorando as movimentações do mercado; entendendo que, no momento, não é adequada a realização de realocações que possam ocasionar perda exacerbada por ruídos que podem se dissipar ao longo dos próximos períodos – conforme expectativas já apresentadas do Boletim Focus de queda da taxa Selic em 2027 e 2028. **Item 3** – Em relação aos valores a receber até o dia 10/06/2026, referentes ao aporte para amortização do passivo atuarial, o Comitê de Investimentos recomenda à Gestora de Recursos Financeiros a aplicação no Fundo Banrisul Absoluto FI RF LP, cujo *benchmark* é o CDI, de modo a realizar diversificação entre instituições financeiras e tendo em vista sua possibilidade de retorno compatível com outros fundos de mesmo enquadramento, além de manter a carteira conservadora ante o cenário de estresse externo e interno. Em relação aos recursos de contribuição patronal e de alíquota suplementar para amortização do déficit atuarial, o Comitê sugere a aplicação no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref DI LP Resp. Lim., em conta de fluxo financeiro, para recomposição de parte do montante necessário para o pagamento da folha de benefícios previdenciários. **Item 04** – No dia 29/05/29, foi realizada reunião virtual com representantes da Asset do Itaú Unibanco, de modo a acompanhar a situação do Fundo Itaú Institucional RF Ref. DI, quanto aos papéis da empresa Raizen (em recuperação extrajudicial) que integram sua carteira. Após os esclarecimentos obtidos, observou-se a baixa representatividade do papel na composição da carteira e sua reduzida capacidade de afetar os rendimentos do fundo e, conseqüentemente, do RPPS. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora do RPPS para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CGINV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CGINV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CGINV I	

Próxima Sessão Ordinária: 16/06/2026

De acordo: 09 / 06 /26


Fabiana Neves de VargasGestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I

ATA Nº 15/2026	SESSÃO ORDINÁRIA	DATA: 19/06/2026
----------------	------------------	------------------

Às 14 h, do dia 19/06/2026, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos, na presença da Gestora de Recursos Financeiros, em conjunto com o representante da empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda., Sérgio Stifelmann, o qual participou de forma remota, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

Item 01 – Avaliação do Relatório Mensal de Investimentos do RPPS de Maio/2026, elaborado pela empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda.;

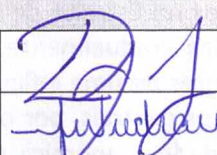
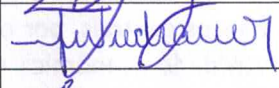
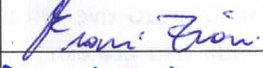
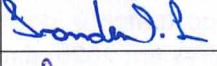
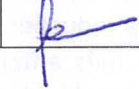
Item 02 – Avaliação da composição atual da carteira de investimentos;

Item 03 – Análise do Parecer Técnico de Avaliação da Exposição ao Índice IRF-M no Cenário Macroeconômico Atual, elaborado pela empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda.

Resoluções:

Item 01 – A reunião foi iniciada, com o presidente do Comitê de Investimentos, Adriano Scherer, passando a palavra ao representante da Empresa Gestor Um Consultoria para apresentar o Relatório Mensal de Investimentos do RPPS referente a maio de 2026. Iniciando sua apresentação, Sérgio Stifelmann destacou o resultado da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, que auferiu rentabilidade de 0,94% em maio, ante uma meta atuarial de 1,03% para o mês. Para Sérgio, o desempenho dos títulos públicos foi modesto no mês de maio, refletindo o cenário internacional desfavorável. Antes das sinalizações de uma assinatura de acordo de paz em junho, a curva de juros dos Estados Unidos se elevou nos vértices curtos, prevendo a manutenção das taxas de juros do país por um período mais longo. No Brasil, a valorização do real frente ao dólar vem amortecendo os efeitos inflacionários da alta do petróleo. Neste sentido, uma eventual queda da cotação deste produto, na esteira da possível assinatura do acordo de paz, poderia significar maior possibilidade de cortes na taxa Selic. O prolongamento da guerra entre Estados Unidos/Israel e Irã, após tentativas frustradas de um acordo de paz, elevou as expectativas para o preço do petróleo, bem como a preocupação com os efeitos inflacionários desta elevação. A primeira quinzena de junho, por outro lado, foi marcada pela iminência da assinatura de um acordo de paz entre os países beligerantes, ocasionando uma redução significativa do preço do petróleo à vista. Caso o acordo seja efetivamente assinado e o tráfego de navios no Estreito de Ormuz seja normalizado, a cotação do petróleo e de outras *commodities* deverá corrigir gradualmente, com patamar de estabilidade ainda incerto. Por enquanto, a tendência é que os temores de uma inflação disseminada nas principais economias diminuam também gradativamente. Os bancos centrais, por outro lado, seguem preocupados com outros componentes inflacionários, como a atividade econômica nos EUA e efeitos defasados da guerra na Europa. No Brasil, os juros futuros de curto prazo tiveram uma leve queda em maio, não tanto pela melhora no cenário internacional (que ainda não era clara), mas pelo alto patamar da taxa Selic frente aos juros internacionais e ao recente comportamento da inflação. Embora o boletim Focus venha sinalizando juros terminais cada vez maiores em 2026, dado que as expectativas de inflação também subiram, o mercado ainda enxergava espaço para reduções nos juros, embora menores. O IPCA de maio, divulgado em junho, desacelerou em relação ao mês anterior, mas levou o índice acumulado em 12 meses para acima da meta anual, colocando em dúvida a intensidade e o ritmo da redução da Selic. Por outro lado, as finanças públicas seguem relativamente confortáveis por conta do aumento da arrecadação, facilitando o cumprimento da meta de resultado fiscal para o ano de 2026. Os índices de desempenho dos títulos públicos tiveram performances discretas em maio, especialmente os de *durations* mais longas. O IMA-B5+ e o IMA-B tiveram retorno de -0,20% e 0,31% no mês, enquanto o IMA-B5 subiu 1,95% no mesmo período. Os prefixados tiveram rendimentos médios melhores, com o IRF-M1 e o IRF-M crescendo 1,07% e 0,67%

respectivamente, enquanto o IRF-M1+ subiu 0,52%. O Ibovespa caiu 7,22% em maio, reduzindo os ganhos de 2026 para 7,86%. **Item 02** – Finalizada a apresentação do Relatório de Investimentos do mês de maio/2026, os membros do Comitê de Investimentos passaram a avaliar a atual composição da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, a qual apresenta a seguinte distribuição: **CDI – 55,01%; IPCA+Juros – 19,73%; IMA-B – 7,95%; IRF-M – 12,91%; e IRF-M1 – 4,40%.** Quanto a avaliação da carteira de investimentos do Fundo de Previdência, esta se encontra ainda com uma composição predominante em índice CDI, reforçando a prudência do Instituto com os recursos previdenciários. A discussão acerca de sua adequação ao cenário se encontra no próximo item. **Item 03** – O Comitê de Investimentos debateu acerca do Parecer Técnico de Avaliação da Exposição ao Índice IRF-M no Cenário Macroeconômico Atual, elaborado pela empresa Gestor Um Consultoria Financeira Ltda. Diante do exposto e de discussões realizadas em reuniões com instituições financeiras, o Comitê verificou os seguintes aspectos: a participação de 12,91% do índice no portfólio não representa exposição excessiva e compõe a estratégia de diversificação, também para o exercício de 2027, considerando a expectativa de redução da taxa de juros trazida pelo Relatório Focus; a movimentação (resgate) da carteira em momento de muito estresse no mercado financeiro pode gerar perdas desnecessárias, as quais refletem extrema volatilidade, que pode ser revertida ao longo dos próximos períodos diante de uma possível acomodação do mercado; e as notícias mais recentes acerca de um acordo de paz entre EUA e Irã podem arrefecer a instabilidade de variáveis e índices – alívio da expectativa de inflação devido à liberação do Estreito de Ormuz e queda dos preços do petróleo, por exemplo; o que poderia corroborar uma manutenção dos investimentos em IRF-M na carteira. Nessa semana, porém, a manutenção da taxa de juros básica americana pelo Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC), com viés de alta até o final do ano, combinada ao corte da taxa Selic em 0,25 ponto percentual pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central promoveram uma volatilidade adicional ao mercado financeiro. Diante disso, solicitou-se ao representante da empresa Gestor Um uma reavaliação do cenário macroeconômico e, consequentemente, uma revisão do Parecer Técnico, para que o Comitê consiga realizar suas recomendações embasadas em um panorama mais atualizado e suas expectativas futuras. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora de Recursos para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CGINV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CGINV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CGINV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CGINV I	

Próxima Sessão Ordinária: 25/06/2026.

De acordo: 19/06/26.



Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I

ATA Nº 16/2026	SESSÃO ORDINÁRIA	DATA: 25/06/2026
----------------	------------------	------------------

Às 14 h do dia 25/06/2026, na sala de reuniões do IPASSP-SM, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos na presença da Gestora de Recursos Financeiros, para debaterem os seguintes assuntos:

Pautas:

Item 01 – Avaliação do Relatório “Focus” Semanal do Banco Central do dia 19/06/2026;

Item 02 – Avaliação da atual carteira de investimentos do Fundo de Previdência do IPASSP-SM, bem como definição dos recursos para pagamento da folha de benefícios previdenciários do mês de junho/2026;

Item 03 – Aplicação dos recursos de contribuições dos servidores, com recebimento até 05/07/2026.

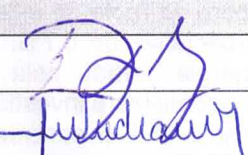
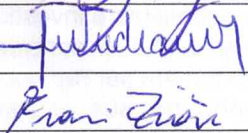
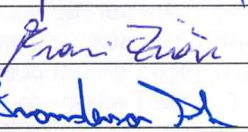
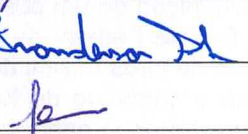
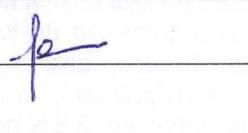
Resoluções:

Item 01 – O Comitê se reuniu para avaliar as projeções em relação a economia brasileira, considerando as informações contidas no Boletim Focus do Banco Central. As expectativas de mercado apresentaram:

MEDIANA – AGREGADO	
Para o ano de 2026:	Para o ano de 2027:
IPCA – Aumento	IPCA – Aumento
PIB (% do crescimento) – Aumento	PIB (% do crescimento) – Estabilidade
Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Estabilidade	Taxa de câmbio (R\$/US\$) – Aumento
Taxa Selic (Final do período) – Aumento	Taxa Selic (Final do período) – Estabilidade
IGP-M – Diminuição	IGP-M – Aumento
Preços Administrados (%) – Estabilidade	Preços Administrados (%) – Aumento
Dívida Líquida do Setor Público (% PIB) – Estabilidade	Dívida Líq. do Setor Público (% PIB) – Diminuição

De acordo com o Boletim Focus, a projeção dos agentes em relação ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026 foi ampliada para 5,33%, ante 5,30% na semana anterior. Para 2027, a expectativa de aumento no índice de preços também subiu, de 4,10% para 4,15% de uma semana para outra. A perspectiva de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2026 aumentou de 1,96% para 1,98%. Já para 2027, os agentes mantiveram a expectativa de crescimento do PIB em 1,70%. A expectativa para o fechamento do câmbio em 2026 permaneceu em uma relação R\$/US\$ de 5,20. Para 2027, foi elevada a precificação do dólar, de R\$ 5,25 para R\$ 5,27. Em relação a taxa de juros básica da economia, as projeções para a Selic terminal em 2026 se elevaram novamente, de 13,75% a.a. para 14% a.a. Para 2027, permaneceu a projeção de Selic em 12% a.a. A expectativa para o Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) em 2026 caiu para 6,15%, ante 6,22% na semana anterior. Para 2027, houve aumento na perspectiva de IGP-M, de 4,04% para 4,08%. Em relação ao IPCA administrados, a projeção para 2026 se manteve em 5%. Para 2027, o mercado elevou a estimativa de alta nos preços administrados para 3,85%, ante 3,81% na semana anterior. Acerca da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) em relação ao PIB, a expectativa para 2026 foi mantida em 69,80%. Para 2027, houve redução da projeção de DLSP, de 73,49% para 73,40% do PIB. **Item 02** – A carteira de investimentos do Fundo de Previdência, apresenta a seguinte composição: **CDI – 54,97%; IPCA+Juros – 19,68%; IMA-B – 7,94%; IRF-M – 13,01% e IRF-M1 – 4,40%**. Na semana passada, a curva de juros futuros apresentou forte elevação nos vértices médios e longos, mas queda nos curtos. Nessa semana, a curva não vem sofrendo alterações acentuadas. Nos Estados Unidos, o Índice de Preços ao Consumidor (CPI) teve alta de 0,5% em maio, conforme esperado, mas, no acumulado de 12 meses, o índice atingiu 4,2%, mais que o dobro da meta de inflação do país (2%). O Índice de Preços ao Produtor (PPI) subiu 1,1% em maio, acima da expectativa de 0,7%; a medida, em um ano, acumulou alta de 6,5%, evidenciando o choque nos preços de energia gerado pela guerra no Oriente Médio e bloqueio do Estreito de Ormuz. O indicador preocupou economistas e investidores, com a possibilidade de aumento nas apostas de juros altos por longo período, visto que o PPI é considerado um antecedente para a inflação ao consumidor, pois os custos de produção costumam ser repassados aos produtos finais. O Índice de Gerentes de Compras (PMI) composto preliminar de junho, por sua vez, avançou para 52,2, refletindo uma retomada na confiança das empresas após a recente divulgação de um possível acordo de cessar-fogo entre EUA e Irã. Com inflação elevada e atividade resiliente, o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) do *Federal Reserve* (Fed, banco central dos EUA) manteve a taxa de juros básica de referência (*Fed funds*) inalterada na faixa entre 3,50% a 3,75% a.a. na primeira reunião sob o comando de Kevin Warsh. O comunicado pós reunião retirou alguns trechos e foi mais sucinto, não apresentando orientações futuras, das quais o novo presidente é crítico. O Sumário de Projeções Econômicas trouxe o gráfico “*plot dot*” (projeção enviada por 18 dos 19 dirigentes do Fed) indicando uma taxa mediana de *Fed funds* em 3,8% no fim do ano, ou seja, com viés de alta nos juros ainda em 2026. No Brasil, o IPCA subiu 0,58% em maio, acima da expectativa de 0,53%, e alcançou 4,72% em 12 meses (esperava-se 4,66%), rompendo o limite superior da meta de inflação do CMN (4,5%). O IPCA-15 de junho teve alta de 0,41%, acumulando elevação nos preços de 4,80% em 12 meses. Em ambas medidas, o grupo Alimentos e bebidas foi o que mais impactou a inflação. A arrecadação do governo federal somou R\$ 266,8 bilhões em maio,

recorde para o mês em toda série histórica. O resultado fiscal deve ser divulgado nos próximos dias. Diante desses panoramas interno e externo, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central realizou novamente um corte de 0,25 ponto percentual na taxa Selic, levando-a ao patamar de 14,25% a.a., sem um comunicado mais detalhado. Isso causou intenso ruído no mercado financeiro diante da inflação alta e desancorada, acima do teto da meta, elevando os juros futuros. Além disso, o horizonte relevante, que deveria ser de 18 meses, ou seja, até o quarto trimestre de 2027, foi alongado pelo Copom para o primeiro trimestre de 2028, fazendo com que o mercado colocasse em dúvida a credibilidade do colegiado. A ata da reunião, porém, aliviou a tensão dos agentes e a precificação dos títulos públicos. Diferente das atas anteriores, nessa, o Comitê detalhou de forma mais técnica sua decisão. O corte foi respaldado pelo efeito que a política monetária vinha trazendo à economia antes do choque externo, e a ampliação do horizonte relevante foi explicada pela acomodação das projeções de inflação, visto que considerar apenas até 2027 poderia exigir "variações abruptas de direção e de grande magnitude na Selic". Na renda variável, todavia, o Ibovespa continuou caindo, tendo voltado aos 170.507 pontos, segundo dados do dia 24/06/2026. A perda no mês é de 1,89%, enquanto no ano o retorno ainda é positivo em 5,82%. Quanto à avaliação das aplicações do Fundo de Previdência, este se encontra com uma diversificação calibrada. Um novo estudo acerca das alocações em IRF-M foi solicitado pelo Comitê de Investimentos à empresa Gestor Um Consultoria Ltda. na reunião passada. Ao mesmo tempo, o Comitê veio analisando o mercado e os diversos acontecimentos de junho e entendeu não ser apropriada a realocação de recursos no momento. A intensa volatilidade que sofreram alguns índices durante o mês precificou algumas perdas momentâneas, que não se recomendou efetivar em momento de estresse e que, ao longo dos últimos dias, se dissiparam. Além disso, a curva de juros apresentou taxas bastante elevadas, com discrepância daquelas expectativas obtidas pelo Boletim Focus, dessa forma, caso os dados do Focus venham a se concretizar, ainda há possibilidade de retorno positivo em índices pré-fixados. Em relação ao resgate para pagamento da folha de benefícios previdenciários do mês de junho/26, o Comitê de Investimentos sugere à Gestora de Recursos o resgate total dos recursos aplicados no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref. DI LP RL da conta de fluxo financeiro, cujo montante, em 24/06/2026, se encontrava em R\$ 5.379.865,03. Adicionalmente, caberá ao Poder Executivo efetuar o repasse dos recursos para complementar o montante necessário para o pagamento dos benefícios previdenciários. Quanto ao resgate necessário para cobrir a folha de pagamento de servidores ativos do IPASSP-SM, o Comitê recomenda o resgate do Fundo BB RF LP Tesouro Selic FIC FIF RL, CNPJ: 04.857.834/0001-79, vinculado à taxa de administração. **Item 03** – Quanto aos recursos previdenciários de contribuição dos servidores e eventuais repasses de contribuição patronal e de alíquota suplementar para amortização do déficit atuarial, recebidos até a próxima reunião, o Comitê sugere aplicação no Fundo Caixa Topázio Corporativo RF Ref DI LP Resp. Lim., vinculado à conta de fluxo financeiro, a fim de recompor parte dos valores para pagamento da folha de benefícios. Em relação aos recursos recebidos referentes à Taxa de Administração, recomenda-se a aplicação no Fundo BB RF LP Tesouro Selic FIC FIF RL, CNPJ: 04.857.834/0001-79. Em relação a eventuais recursos que porventura venham a ser recebidos antes da próxima reunião, referentes a aportes preestabelecidos para amortização do déficit atuarial, sugere-se a aplicação no Fundo Banrisul Absoluto RF LP, vinculado à conta de aportes, de modo a manter a prudência no contexto macroeconômico atual. Nada mais a constar, encerra-se a presente ata, que é assinada pelos membros presentes e encaminhada à Gestora de Recursos para homologação.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS				
Representantes	Adriano Scherer Silveira da Silva	Presidente e Analista	CP RPPS CG INV I	
	Alexandre Niederauer	Analista	CP RPPS CG INV I	
	Francine Vanessa Ziani	Analista e Secretária	CP RPPS CG INV I	
	Ivanderson Pedroso Leão	Analista	CP RPPS CG INV I	
	Luziane Rocha de Oliveira	Analista	CP RPPS CG INV I	

Próxima Sessão Ordinária: 09/07/2026

De acordo: 25/06 /26


Fabiana Neves de Vargas
Gestora de Recursos Financeiros
CP RPPS CGINV I